

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **INDÚSTRIAS J. B. DUARTE S/A** (Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 1936, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia inicialmente explorava, como atividade principal, a exploração industrial e comercial, exportação e importação de produtos alimentícios e oleaginosos em todas as suas modalidades. Desde 1997 a Companhia redirecionou o seu negócio, passando a atuar predominantemente como administradora de bens próprios e investimentos em outras Companhias. Devido aos altos custos operacionais e a atual situação financeira do Grupo, por decisão dos acionistas controladores, a Companhia mantém atualmente apenas investimento em uma empresa que tem como atividade pré-operacional a atividade imobiliária. Ainda, a Companhia vem realizando ações para o realinhamento dos seus indicadores financeiros e trabalhando fortemente num processo de renegociação de seus passivos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Individuais e Consolidadas)

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia, e da controlada “New Realty” descrita na Nota Explicativa nº 9. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

a. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas intermediárias do exercício findo em 31 de março de 2018, foi autorizada pela Diretoria.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Estimativas contábeis e julgamentos – As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.
- b) Transações com partes relacionadas - As contas mantidas com empresas ligadas, coligadas e controladas, tanto credoras como devedoras são atualizadas de conformidade com os contratos mantidos com estas empresas.
- c) O Caixa e equivalentes de caixa - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”.
- d) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.
- e) Investimentos - Os investimentos em coligadas e controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição.
- f) Propriedades para investimento - Propriedade para Investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial.
- g) Imobilizado - Os bens integrantes do ativo imobilizado estão registrados pelo valor histórico de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de março de 1995 e por ajuste de avaliação patrimonial (antiga reavaliação).
- h) Empréstimos e financiamentos - As obrigações em moeda nacional estão classificadas no passivo circulante na nomenclatura “instituições financeiras”, e nela encontram-se demonstrados os encargos normais e variações monetárias incorridas.

- i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional previsto na legislação fiscal. A provisão para contribuição social é calculada á alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação vigente.

4 – CONTAS A RECEBER (em mil reais)

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/03/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17
Adiantamentos	5	5	5	-
Fazenda São Pedro Agropecuária Ltda.	-		667	666
Cobrasmaq Máquinas Industriais Ltda.	-		472	472
Masaflex Indústria e Comércio Ltda.	-	-	-	-
Total	5	5	1.139	1.138
NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/03/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17
ACT – Asian Commercial Trade (*1)	-	-	-	-
Contibrasil Com. e Exp. de Grãos Ltda.	33.820	33.820	33.820	33.820
Total	33.820	33.820	33.820	33.820

(*1) Refere-se à renegociação de dívidas por meio de instrumento de “Confissão de Dívida” firmado em 10/2014 no montante de R\$ 39.154 mil, e que estavam sujeitas a atualização monetária a partir de 2016 com base nos índices do IGPM/FGV, onde em 31/12/2016 o valor atualizado era de R\$ 41.470 mil. Em 31/12/2016, com base no questionamento da auditoria externa, efetuamos revisão e dos riscos e incertezas sobre o recebimento destes créditos, onde a Administração optou pelo reconhecimento contábil das perdas estimadas no total dos créditos, inclusive dos valores levados a esta conta a título de atualização monetária.

5 – IMÓVEIS DESTINADOS A VENDA

Representados por terreno adquirido pela controlada “New Realty” para futuros empreendimentos imobiliários, aguardando regularização imobiliária junto à prefeitura de Cabreúva/SP, no valor de R\$ 2.103 mil.

6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17
Processos trabalhistas	97	97	143	143
Créditos a receber em depósitos judiciais (*1)	5.191	5.191	5.191	5.191
Total	5.288	5.288	5.334	5.334

(*1) Valores referentes a dois processos: 20ª. Vara Justiça Federal – processo 95.006.1237-2 e 18ª. Vara Cível – processo 53064821991.

7 – PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/03/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17
Duagro S/A Adm. e Participações (*1)	32.063	32.063	32.063	32.063
Total	32.063	32.063	32.063	32.063

(*1) - O empréstimo de mútuo visa à cobertura de necessidade de caixa da empresa e está suportada por contrato de mútuo e incidência de encargos financeiros com base na variação da CDI.

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Os tributos diferidos ativos vinham sendo apresentados pelo valor líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado à mesma autoridade fiscal, sendo que os valores foram apurados considerando a utilização das alíquotas nominais combinadas dos impostos IRPJ e CSLL (25% e 9%) que totalizam a alíquota de 34%.

Com base nas projeções de resultados tributáveis computados, a Companhia vinha optando por reconhecer parcela do imposto de renda e a contribuição social, correspondentes os direitos sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, a ser compensados nos próximos exercícios sociais. As estimativas de recuperação dos créditos tributários estavam sendo fundamentadas substancialmente nas estimadas a recuperação dos créditos fiscais quando da amortização de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes quando da realização dos resultados fiscais dos próximos 05 exercícios fiscais, mantendo os saldos no “ativo não circulante”, em atendendo a Deliberação CVM 599/2009 que aprovou o CPC 32 – Tributação sobre o Lucro (item 34 a 38). Por orientação da auditoria, no 3º trimestre de 2016 a Administração da Companhia reverteu a totalidade dos créditos fiscais pois restaram controversos a recuperação destes créditos nos próximos exercícios sociais.

9 – INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Newrealty Empreendimentos Imob. Ltda.	
	31/03/18	31/12/17
Capital Social – R\$ 1,00	21.000.124,00	21.000.124,00
Quantidade de cotas:	21.000.124	21.000.124
Quantidade de cotas possuídas	21.000.123	21.000.123
Percentual de participação	99,9999%	99,9999%
Patrimônio Líquido – R\$ mil	14.523	14.529
Resultado do exercício	(6)	(12)
Valor contábil investimento inicial	14.529	14.541
Equiv. Patrim. – s/resultado	(6)	(12)
Valor investimento ajustado	14.523	14.529

10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/03/18	31/12/17	31/03/17	31/12/17
Imóveis (*1)	9.262	9.262	9262	9.262

(*1) Conforme contrato de compra e venda assinado em 30 de maio de 2016, a Companhia adquiriu 50% de uma propriedade rural no Município de São José dos Campos – SP denominada Fazenda São Pedro das Araucárias, em valores de mercado no montante de 2.797.630,00, constituindo um crédito no mesmo montante a empresa vendedora Contibrasil Comércio e Exportação de Grãos Ltda.

11 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/03/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17
Banco Itaú-Unibanco S.A. (*1)	5.286	5.286	5.286	5.286
Total	5.286	5.286	5.286	5.286

(*1) Referem a contratos de empréstimos que encontram sub judice, em fase final de sentença, atualizados monetariamente com base nos índices estabelecidos pelo TJSP, até a data do encerramento do balanço.

12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17
IRRF a recolher	141	141	141	141
IRPJ a recolher	11.531	3.839	11.686	3.993
Contribuição social a recolher	4.225	1.454	4.291	1.520
Parcelamento – Lei 11941/09 (*1)	3.678	3.678	3.678	3.678
PIS/COFINS/Csll retidos a recolher	8	7	8	7
PIS/COFINS à Recolher	1.630	-	1.628	.
Impostos diversos a recolher	231	231	231	231
Total	21.444	9.350	21.663	9.570

(*1) Refinanciamento fiscal REFIS - A Companhia encaminhou à Receita Federal o levantamento das pendências referentes a impostos e tributos, habilitando-se, em tempo, à obtenção de um parcelamento de parte das discussões fiscais, onde nossos assessores jurídicos entendem que são valores efetivamente devidos e sem possibilidade de contestação pela empresa. O levantamento enviado, após análise pela Receita Federal, foi deferido em julho de 2011. No exercício de 2015 não foi feito pagamento das parcelas, e dessa forma houve a exclusão ao programa de parcelamento. Devido falta de informações junto a Receita Federal não foi possível quantificar o montante devido.

13 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes constituiu provisão:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/18	31/12/17	31/03/18	31/12/17

Contingências Trabalhistas	2.592	2.592	2.592	2.592
Contingências Tributárias (*1)	79.639	79.639	79.639	79.639
Total	82.231	82.231	82.231	82.231

Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:

(*1) - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS - Em Despacho de 19/05/2008, da Procuradoria da Fazenda Nacional ao Exmo. Sr. Juiz Federal da 6ª Vara Especializada em Execuções Fiscais – São Paulo, informando a existência de débitos fiscais da ordem de R\$ 202 milhões, sendo que, neste despacho, estava sendo executada para fins de cobrança o valor de R\$ 52.417 mil, que atualizado até 31/03/2018 monta em 79.639 mil (R\$ 69.841 em 31/12/15). Considerando que através da publicação da Ata de Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2008, bem como da publicação dos respectivos Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício findo em 31/12/2007, foi apresentado um lucro do qual soberanamente a Assembleia havia decidido distribuir R\$ 577.828,96 aos seus acionistas, na ocasião, decidiu o Exmo. Sr. Juiz, solicitar que fosse procedida penhora daquele valor, bem como da reserva para futuros investimentos (conta gráfica), impedindo assim que a Companhia pudesse cumprir com o estabelecido na Lei 6404/76 - Artigo 202 e em seu Estatuto Social no artigo 25, item b, sobre a obrigatoriedade de distribuição de um dividendo obrigatório de 25%, após as reservas. A Companhia através de seus assessores jurídicos não obteve até o momento, sucesso em suas tentativas de desbloquear aqueles recursos e distribuí-lo aos acionistas. Também, conforme AGO de 30/04/2010 ocorreu a possibilidade de distribuição de R\$ 34.760,00 na forma de dividendos, porém como os valores a distribuir eram de pequena monta, resolveu aquela assembleia aprovar a retenção daquele valor para futura distribuição.

14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme deliberado em AGE realizada em 27 de julho de 2017, foi homologado o Aumento de Capital Social, dentro do limite de Capital Autorizado, aprovado pela Reunião do Conselho de Administração de 18/05/2017, no montante de R\$ 7.593.393,96 (sete milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos), passando o mesmo de R\$106.922.301,99 (cento e seis milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e um reais e noventa e nove centavos), para R\$114.515.695,95 (cento e quatorze milhões, quinhentos e quinze mil, seiscentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), através da emissão para subscrição particular de 2.954.628 (dois milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e vinte e oito) ações, sendo 984.899 (novecentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e noventa e nove) ações ordinárias e 1.969.729 (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil e setecentos e vinte e nove) ações preferenciais.

Em resumo, o capital social em 31/03/2018 é de R\$ 114.515.695,95 e é constituído de 4.069.582 ações, sem valor nominal, assim distribuídas:

31/03/18

31/12/17

Ações ordinárias	1.356.559	1.356.559
Ações preferenciais	2.713.023	2.713.023
Total	4.069.582	4.069.582

b) Dividendos

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76. O saldo remanescente será colocado à disposição da assembleia geral que deliberará sobre sua destinação. As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. O resultado ao final do exercício findo em 31/03/2018 apresenta lucro, sendo possível a distribuição de dividendos e/ou juros do capital próprio a ser deliberado na AGO do final do exercício corrente., tendo em vista o disposto no Artigo 189 da Lei 6.404/76 que determina que antes de qualquer distribuição de qualquer participação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados, e a provisão para imposto de renda.

c) Resultado por ação:

Exercício de 2018	<u>Ações</u>	<u>Ações</u>	<u>Total 31/03/18</u>
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	
Lucro do exercício - R\$ mil	22.346	11.174	33.520
Quantidade de ações	2.713.023	1.356.559	4.069.582

Resultado por ação – R\$	8,2367	8,2367	8,2367
--------------------------	--------	--------	--------

Exercício de 2017	<u>Ações</u>	<u>Ações</u>	<u>Total 31/12/2017</u>
	<u>Preferenciais</u>	<u>Ordinárias</u>	
Prejuízo do exercício - R\$ mil	(479)	(958)	(1.437)
Quantidade de ações	1.356.559	2.713.023	4.069.582
Resultado por ação – R\$	(0,03531)	(0,3531)	(0,3531)

14.1 RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Atendendo as disposições contidas na Instrução CVM nº 469/08 a Companhia vinha até 30/09/2016 optando em manter parte do saldo existente na conta até a sua efetiva realização. Efetuando novas projeções, não fora identificado à geração de caixas futuros (para os próximos 05 anos) em valores suficientes para compensação dos créditos fiscais de IRPJ e CSL sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro, sendo nesta data revertido a respectiva reserva.

15 – Resultado Financeiro Líquido

DESPESAS BANCÁRIAS	(1)	(3)	(1)	(3)
	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>

16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado (lucro real).

Apuração do Resultado Fiscal no 1º trimestre/2018

Resultado Líquido	33.520
Equivalência Patrimonial	6
PECLD constituída no exercício	
Provisão Para Contingências	-
Resultado Ajustado	33.526

Reconciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	Controladora	
(em milhares de reais)	31/03/2018	31/12/2017
Resultado antes da tributação sobre o lucro	43.984	(63)
Alíquota nominal combinada dos impostos	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados as alíquotas nominais	10.080	-

Ajustes para cálculo da alíquota efetiva

Efeitos de adições e exclusões permanentes:

Resultado da equivalência patrimonial	(6)	(2)
PECLD sobre contas a receber	-	(13.312)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	10.080	416

Efeitos de adições e exclusões temporárias:

(-) Provisão para contingências jurídicas	-	(3.394)
		(2.978)
Impostos do exercício corrente	10.080	(2.978)
Impostos diferidos ativos	10.080	(3.394)

O valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no ativo e passivo equivale aproximadamente ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros não contabilizados em 31 de março de 2018.

18- INFORMAÇÕES RELEVANTES

18.1 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

No período de 1992 a 1994 a Companhia mantinha entre outras atividades operacionais, a importação de trigo da Argentina. Tais importações foram desembaraçadas à época com o pagamento do Imposto de Importação (II). Posteriormente, em função de ser a Argentina, um país membro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), ficou estabelecido que essas importações, não estariam sujeitas aquele imposto, restando a Companhia buscar o devido ressarcimento.

Através de Ação Ordinária de Restituição de Imposto Federal proposta pela Companhia junto à 14ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, buscando a restituição daquele imposto, teve sentença favorável julgada e divulgada em 17/05/2007. Em 22/02/17, o Supremo Tribunal Federal da 3ª Região, publicou decisão transitada em julgado favorável a Companhia, não restando mais possibilidade de recurso por parte da Receita Federal, aguardando a processo de apuração dos valores. esta ação, como se trata de matéria de fato, onde a empresa foi obrigada a recolher valores considerados indevidos, os direitos da Indústrias J.B.Duarte S/A, estão assegurados conforme parecer dos assessores jurídicos. Esta Contingência Ativa, após a apuração dos haveres, a Companhia espera compensar quase que integralmente com as obrigações tributárias em cobrança pela Receita Federal. No primeiro trimestre de 2018, a Companhia efetuou os devidos lançamentos contábeis e ingressou com ação de cobrança dos valores, previamente levantados pela empresa especializada, Certeza Técnica – Simonnagio, a qual, apontou o valor de R\$ 45.640.199,86, sendo R\$35.017 mil de correção e juros e R\$ 10.623 mil do principal.

18.2 - PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 642 da CVM e o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) sobre partes relacionadas, apresenta suas vinculações referente ao tema. A Companhia regularmente informa a CVM e BOVESPA em conformidade com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002 (com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM nºs 369/02, 449/07, 547/14 e 552/14), a movimentação referente a ações de administradores e acionistas da controladora. Todas as operações com partes relacionadas seguem os padrões de praxe utilizados no mercado no que se referem as suas condições e termos.

Controladora – A controladora da Indústrias J.B.Duarte S/A, é a Duagro S.A. Administração e Participações, a qual possui atualmente 55,22 % das ações ordinárias com direito a voto.

Composição Acionária da Controladora - A controladora tem como acionista e administrador majoritário o Sr. Laodse Denis de Abreu Duarte, detentor de ações ordinárias, correspondente a 71,81% da totalidade de ações.

Conselho de Administração – O Sr. Laodse de Abreu Duarte, é o único membro do Conselho de Administração da Indústrias J.B.Duarte S.A., que também acumula o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

Saldo das contas envolvendo partes relacionadas	31/03/18	31/12/17
Contas a receber		
• Duagro S/A (vide nota 7)	32.063	32.063

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Laodse Denis de Abreu Duarte	Presidente
Paula Cristina Di Marcp Huertas	Vice Presidente
Regiane Cristovão Soares da Cruz	Membro

DIRETORIA

Laodse Denis de Abreu Duarte	Diretor Presidente
Edison Cordaro	Diretor de Relações com Investidores

João Braz Seraceni

Responsável Técnico – CRC TC - 1SP 061.766/O-0